

Avaliação de Conjuntura

AGNU – de a 30 de setembro a 10 de outubro de 2024.

A Diretoria Executiva Nacional do Sindreceita (DEN), cumprindo disposições estatutárias, conclama, mais uma vez, todas as Analistas-Tributárias e Analistas-Tributários a participar da Assembleia Geral Nacional Unificada (AGNU), convocada conforme cronograma constante no Edital de Convocação.

Na AGNU anterior nossa categoria aprovou por ampla maioria o acirramento de nossa mobilização. De lá para cá algumas sementes foram plantadas, mas os Analistas-Tributários precisam seguir mobilizados para que elas se transformem em frutos.

Um exemplo foi a reunião ocorrida no dia 18 de setembro, a pedido do secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, entre o Sindreceita, a administração da RFB e a entidade representativa dos Auditores-Fiscais. No encontro o secretário recebeu a pauta reivindicatória das categorias que compõem a Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil, comprometendo-se a “ser um facilitador do diálogo entre as duas entidades e o MGI”.

Nesta frente de trabalho, nosso interesse é a abertura da negociação da categoria junto ao Ministério da Gestão e Inovação (MGI) para tratar, de forma prioritária, do reajuste salarial, mas também visa a abertura da Mesa Específica e Temporária para que possamos avançar nas discussões dos demais itens que compõem a pauta remuneratória da categoria.

A regulamentação do Bônus de Eficiência foi uma vitória expressiva dos Analistas e Auditores, mas como todos sabem, não contempla integralmente os inativos, em especial àqueles que estão no final da famigerada escadinha. E é, justamente neste ponto, que a recomposição do nosso vencimento básico apresenta-se como a principal reivindicação da categoria no momento, juntamente com a eliminação da malfadada escadinha do Bônus ou, no mínimo, a mitigação de seus efeitos.

Para logarmos êxito, o caminho mais viável é o da construção de uma pauta conjunta entre Analistas e Auditores, intermediada pelo Ministério da Fazenda. A reunião agendada entre as entidades e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad para o próximo dia 2 de outubro é mais um sinal de que o trabalho da Diretoria Nacional do Sindreceita vem surtindo efeito.

Assim como também tem surtido efeito nossa reação diante do descumprimento do Termo de Compromisso nº 01/2024 e Termo de Acordo nº 02/2024, por parte do MGI. A Diretoria Executiva Nacional do Sindreceita capitaneou todo esse processo, dialogando com parlamentares e com membros da estrutura da Presidência da República para demonstrar a profunda injustiça que vem sendo perpetrada pelo MGI contra os servidores da nossa Carreira, conforme amplamente divulgado no site da entidade. Foi em uma reunião no dia 11 de setembro entre diretores da DEN e o secretário Barreirinhas que este se comprometeu a ouvir conjuntamente o Sindreceita e o Sindifisco.

Mobilização

Portanto, não é hora de arrefecermos nossa mobilização, pelo contrário, é hora de envolvermos cada vez mais a categoria, além de todos os dirigentes sindicais e lideranças para demonstrar a insatisfação em relação a não abertura de Mesa Específica e Temporária por parte do MGI e a ausência, até o momento, de uma proposta de reajuste dos nossos salários.

Para isto, um dos indicativos propostos nesta AGNU é a criação do “Dia sem computador” e de operação padrão na zona primária todas as quintas-feiras, como parte do Dia Nacional de Luta da categoria. A aprovação deste indicativo e, principalmente a adesão de todos os Analistas-Tributários a essas ações são fundamentais para solidificação de nossos pleitos junto aos representantes governamentais.

Norma de Execução Sucor

Outro importante motivo para a mobilização de Analistas-Tributárias e Analistas-Tributários é a Norma de Execução Sucor 2/2024, que ressuscita fantasmas de um passado nefasto. Um passado em que nos foi subtraída uma relação remuneratória de cerca de 70%. A reunião com o secretário no dia 11 de setembro foi pautada para tratar prioritariamente deste assunto.

Ao secretário Barreirinhas, apresentamos um resgate histórico do processo que gerou as ações da RAV (RAV 8X e RAV Devida), bem como fornecemos e apresentamos as informações e documentos, demonstrando, inclusive, que o judiciário, por duas vezes, consagrou a tese do Sindireceita, que é basicamente a mesma que estamos defendendo neste momento diante da edição desta Norma Sucor.

Os dirigentes informaram ao secretário que esses dois episódios, parcialmente corrigidos pelo judiciário, são traumas que causaram profundas cicatrizes na categoria, que não aceitará uma terceira recorrência dessa injustiça. Os representantes da administração da RFB, na ocasião, receberam a documentação e os argumentos apresentados pelo Sindireceita, comprometendo-se a estudar o assunto. Esse processo ainda está em andamento e por isso é necessário o recrudescimento de nossa mobilização também em relação a esse importante ponto.

Para isso, um dos indicativos propostos trata da aprovação do texto de um “Manifesto dos Analistas-Tributários” a ser entregue no Dia Nacional de Luta contra a Norma de Execução Sucor/RFB 02/2024 (Subsecretaria de Gestão Corporativa da Receita Federal do Brasil). [Veja o Manifesto em anexo.](#)

A aprovação deste indicativo e a posterior entrega do Manifesto para cada administrador da RFB, por parte das lideranças locais, também é fundamental para mostrar a indignação de Analistas-Tributárias e Analistas-Tributários contra essa norma infralegal que, gestada no seio da atual administração da RFB, reedita tempos nefastos em que a criação de cizânias entre os cargos da Carreira serviam para gerar “capital político” para alguns.

Trabalho Parlamentar

Nossa mobilização também se faz necessária diante dos inúmeros desafios que estamos enfrentando no Congresso Nacional. Uma conjuntura complexa, mas que também nos reserva oportunidades importantes. Mas, para superar os obstáculos impostos e avançar na defesa e conquista de nossos direitos também necessitamos estar mobilizados e unidos.

No campo das reformas em discussão, temos que seguir trabalhando para assegurar aos Analistas-Tributários seu devido espaço de atuação que está sob ameaça. O Sindireceita apresentou, por meio de parlamentares sensíveis à nossa causa, emendas à projetos de lei que tramitam no Congresso e que tratam da regulamentação da reforma Tributária.

Temos, neste ponto, mantido um diálogo constante não apenas com lideranças parlamentares, mas também com a administração da RFB para alertar para possíveis e injustificáveis limitações a atuação do Analista-Tributário nesta nova configuração do Sistema Tributário Nacional, que trará reflexos para a rotina dos órgãos, cargos e carreiras que contemplam a administração tributária federal, estadual e municipal, bem como o controle aduaneiro exercido no país pela Aduana.

Em relação a regulamentação da reforma Tributária estamos focados, principalmente nas discussões do PLP 68/2024 – que trata da regulamentação do IBS e CBS – e do PL 2483/2024 – que cria o novo Processo Administrativo Fiscal na esfera federal.

Também integram nossas prioridades as discussões na Câmara dos Deputados que podem resultar em uma mudança importante e que está diretamente associada ao interesse de todos os aposentados e pensionistas. Neste campo, estamos trabalhando intensamente e em conjunto com o Movimento dos Aposentados (MOSAP) e demais entidades sindicais dos servidores para revogar dispositivos da reforma da Previdência, principalmente, aqueles que instituíram a cobrança previdenciária sobre aposentadorias e pensões. O foco deste trabalho tem sido a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 06 de 2024, chamada de PEC Social e que reduz paulatinamente a contribuição previdenciária dos inativos.

Portanto, temos um cenário de grande complexidade, mas que nos possibilita concretizar importantes conquistas. É neste sentido, que, mais uma vez, a Diretoria Executiva Nacional do Sindireceita convoca todas as Analistas-Tributárias e todos os Analistas-Tributários a participar de mais uma AGNU.

Teremos nestes dias a oportunidade de debater todos estes cenários, apresentar nossas expectativas, de traçarmos juntos estratégias para nossa atuação, mas, acima de tudo, de fortalecer nossa unidade de luta e de ação.

E, justamente, por compreender a dimensão e a importância de todos os temas que serão debatidos e avaliados nesta AGNU, a Diretoria Executiva Nacional orienta para que a categoria participe das Assembleias e vote a favor dos quatro indicativos que foram construídos a partir de todos os cenários acima expostos e que vão assegurar ao nosso Sindicato e a nossa categoria as orientações e os meios necessários para acirrarmos ainda mais nossa luta e nosso movimento. A categoria deve aprovar, inclusive, a autorização para que a DEN, por meio da Diretoria de Assuntos Jurídicos, possa ingressar com um pedido de tutela reconhecendo a legalidade de uma possível greve.

É hora de mobilização e de unidade! Vamos juntos construir novas e importantes vitórias! Temos tudo para fechar 2024 como um dos anos mais vitoriosos da história de nossa categoria!

Diretoria Executiva Nacional do Sindireceita